

| 400 | SOCIALISMO E PROGRESSO NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Fania Fridman

Resumo

O trabalho consiste em uma leitura da cidade do Rio de Janeiro onde são apresentados alguns resultados de uma pesquisa voltada para as repercussões do socialismo romântico nos projetos urbanísticos, implementados ou não, durante o período imperial. As principais fontes de consulta foram a bibliografia especializada e os periódicos publicados na cidade.

Palavras chave: Rio de Janeiro imperial, socialismo romântico, urbanismo

Introdução

Este trabalho é uma proposta de leitura da cidade do Rio de Janeiro. Apresento aqui os primeiros resultados de uma pesquisa cujo objetivo volta-se para a análise das repercussões do ideário socialista romântico nos projetos, implementados ou não, para a capital no decorrer do século XIX.

O socialismo romântico e seus projetos

A partir dos Descobrimentos, a América tornou-se o lugar da esperança e da utopia onde homem poderia construir uma sociedade melhor (Abramson, 1999).¹ No século XIX continuou sendo o Eldorado - terra onde tudo seria possível - ainda que as sociedades criadas pelos colonizadores portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses tivessem tido como base de sustentação a violência da escravatura e a submissão dos nativos. Para este continente vieram muitos socialistas românticos² (ou utópicos, como os denominavam Marx e Engels, ou pragmáticos para Lima Sobrinho) como Saint Simon, Robert Owen, Victor Considérant, Michel Chevalier, Jean-Baptiste Eugène Tandonnet, Louis Léger Vauthier, Benoit Jules Mure e Antoine A. Hubert, entre outros, como também livros e periódicos que fomentaram experimentações de ideais progressistas, românticos e revolucionários. Este ideário foi para Hobsbawm (1994) herança da “dupla revolução” francesa e industrial da segunda metade do século XVIII que instaurou o triunfo da indústria capitalista e do Estado moderno na Europa, trazendo a nova economia e a nova sociedade, o progresso técnico, os dramas para o povo e as alternativas para um mundo melhor.

¹ Durante os primeiros séculos da colonização houve algumas tentativas como os povoados-hospitais do bispo Vasco de Quiroga baseados na *Utopia* de Thomas More e os conjuntos missionários jesuíticos inspirados na *Cidade de Deus* de Santo Agostinho e na *Atlântida* de Platão (Gutiérrez, 1986).

² Utilizo a expressão *socialismo romântico* tal como o faz Löwy (2008) seguindo a proposição de Georg Lukács.

Desde as primeiras décadas do Oitocentos as cidades industriais passaram a ser responsabilizadas pelas graves dificuldades sociais ou elas mesmas encaradas como problemas. Para resolvê-los, Saint Simon no livro *Novo Cristianismo* (1825) dizia ser necessária uma base cristã na organização científica e industrial da sociedade, cuja direção seria confiada a Conselhos Econômicos formados pelos membros mais capazes, e onde a propriedade se manteria mas a herança seria suprimida. No que tange à disposição urbana, o *socialismo* sansimoniano tinha com um de seus traços distintivos a priorização das vias de comunicação que trariam a paz e a felicidade para a humanidade.

Charles Fourier construiu sua crítica ao capitalismo pela aversão à “civilização” na qual a cidade era o epicentro. Seria preciso extinguir as grandes capitais (dada a impossibilidade de reformá-las) e transformar a sociedade de modo pacífico e radical através de falanstérios, lugares da salubridade e da beleza que abrigariam 1.600 pessoas.³ Diversos autores, entre os quais Ragon (1971), consideram Fourier o primeiro urbanista moderno e precursor do zoneamento ao propor a localização distinta das atividades e integrar a indústria ao campo rompendo com a aglomeração do passado. Seus seguidores - os *quarante huitards* que participaram da revolução de 1848 na França e que, exilados, vão para o exterior - se debruçaram sobre possíveis soluções para a situação real das populações, incluindo a abolição da escravatura. O engenheiro politécnico Victor Considérant pregava um sistema que realizaria o cristianismo nas cidades através da higiene, do conforto e da estética.⁴ Experimentou-o em comunidades no Texas (em meados da década de 1850) onde os integrantes, apesar de iguais, distinguiam-se pela diversidade de aptidões e de retribuição.

Socialismo era também uma doutrina cooperativista introduzida em sua fábrica em New Lanark pelo escocês Robert Owen onde foram construídas casas para operários, jardim de infância e armazém com produtos vendidos a “preço justo”. Com recursos próprios, criou em 1824 a colônia *socialista* New Harmony nos Estados Unidos, de acordo com a sua proposta urbanística de criação de cidades novas com população oscilando entre 500 e 2.000 habitantes que se autogovernariam.

Em 1842 e 1843 o engenheiro politécnico e fourierista Michel Perreymond (provavelmente um pseudônimo) publicou nove estudos na *Revue générale de l'architecture et des travaux publics* que, no lugar de prelúdios à *haussmannização* tal como afirmou Roncayolo

³ Neles haveria um núcleo central, as praças formariam a oitava parte do assentamento, as ruas teriam 18 metros de largura, mesma medida da altura das construções. As grandes fábricas ficariam nos subúrbios rodeados por avenidas.

⁴ A verdadeira higiene seria alcançada através da retilinearidade, da ampliação da largura das ruas e da eliminação do lixo, dos cafés e das casas de jogos, solução também presente na concepção da cidade ideal *Icarie* de

(1981), podem ser considerados projetos pós-fourieristas dado o seu caráter factível. Acrescente-se ainda que o principal órgão do movimento, o jornal *Démocracie Pacifique*, teria se integrado ao debate urbanístico de seu tempo (Moret, 2001). Os citados artigos de Perreymond versavam sobre o problema do deslocamento do centro de Paris em direção ao noroeste ameaçando o equilíbrio e a unidade da metrópole. E previam a reconstrução do núcleo central atribuindo-lhe funções administrativas, culturais, religiosas, comerciais e de moradia e a destruição de suas partes decadentes. Assumindo como elemento mais importante a circulação “na” e “a partir” da cidade, a expansão dos eixos de comunicação - as ferrovias e sua ligação com o transporte fluvial - proporcionaria o desenvolvimento econômico como também o progresso das periferias.

Criticando o estado sanitário, a estreiteza das pontes e os problemas de circulação causados pela ausência de grandes vias paralelas e perpendiculares, Perreymond sugeria um *plano de conjunto* pois, tal como seu mestre Fourier, discordava das intervenções pontuais de melhoramentos, isto é, sanear ou reformar partes da cidade. A disposição total do organismo urbano se basearia no alargamento de certo número de ruas - que além da mobilidade permitiria a circulação de ar -, na melhoria da navegação no rio Sena, no abastecimento de água, na localização de novos prédios a serem erguidos pelo Estado e no tratamento das praças, demandas reclamadas pela população, pela imprensa e pelos conselheiros municipais. Mas talvez uma das mais importantes contribuições de Perreymond assim como de Considérant⁵ tenha sido propor a expansão de Paris e entendê-la no contexto regional e nacional, inaugurando o que depois foi denominado planejamento urbano e regional.

Lepetit no seu escrito de 1996 (publicado entre nós em 2001) afirma que Perreymond pensando a totalidade, além de sugerir a conexão de cada edificação com as demais, teria relacionado a dimensão econômica à técnica (meios de transporte) para permitir uma cidade concêntrica e a hierarquização de seu espaço. Tal perspectiva também é a base da argumentação de Papayanis (2001) para afirmar que os escritos anteriores à reforma haussmanniana seriam formulações dos princípios-chave do urbanismo moderno, isto é, tentativas de *urbanistas* sansimonistas, fourieristas e demais reformadores da primeira metade do século XIX em apreender globalmente a metrópole.

Acrescente-se que os problemas urbanos também constituíam-se em tema dos filantropos católicos e do poder estabelecido. Na década de 1840, o médico Louis-René

Cabet (1839).

⁵ Eleito em 1843 para o Conselho Municipal de Paris, Considérant publicou um ensaio sobre a crise de Paris.

Villermé realizou um inquérito sobre a qualidade de vida dos operários, incluindo a moradia, doenças e a organização social. Na mesma ocasião, a Ordem de São Vicente de Paula levantou as condições de higiene dos alojamentos dos trabalhadores da cidade de Lille e a *Société d'Economie Charitable* publicou em seus Anais pesquisas sobre o problema sanitário dos bairros operários, fonte utilizada pelo socialista Louis Auguste Blanqui em suas denúncias sobre o capitalismo. Às proposições utópicas podem ser contrapostas a legislação e as intervenções urbanísticas realizadas em Paris, Bruxelas, Viena, Barcelona e as obras de saneamento na Grande Londres que, para Benevolo (1987), tiveram grande importância para a estabilidade política e a manutenção da ordem.

Os socialismos brasileiros

Verifiquemos o caso do Rio de Janeiro. Inicialmente alguns dados demográficos: a população total de 112.695 habitantes em 1821 passou para 137.078 em 1838 e 274.972 em 1872, demonstrando um acréscimo relevante entre os dois últimos períodos, ainda mais significativo se considerarmos apenas as freguesias urbanas (com, respectivamente, 79.321; 97.162 e 228.743 pessoas). Em 1821 nesta sociedade que se urbanizava, quase metade da população total era escrava, proporção que decaiu a partir dos dois últimos quartéis do século justificando o aumento do aparato policial e da política repressiva para a manutenção da disciplina social.⁶ Com o fim do tráfico negreiro, a imigração foi favorecida e o trabalho livre passou a predominar na cidade: entre 1850 e 1870 milhares de estrangeiros, principalmente portugueses, desembarcaram no Rio de Janeiro e dedicaram-se às obras públicas, à condução de tálburis e de carroças ou aos ofícios de calceteiros, carpinteiros, ferreiros, serralheiros e de fundidores.⁷

A pobreza dos trabalhadores tinha um lugar: o cortiço, alojamento precário dos escravos alforriados e dos imigrantes,⁸ revelado pela imprensa e por literatos, engenheiros, médicos, juristas e filantropos. Algumas das declarações acusavam tal moradia como foco das epidemias de varíola, febre amarela e de cólera responsáveis por grande mortalidade,

⁶ Nas três primeiras décadas do Oitocentos existiam na cidade quilombos e zungús. Uma norma do Ministério dos Negócios da Justiça, de 1834, previa a expulsão dos estrangeiros que conspirassem, fossem responsáveis por periódicos anarquistas ou pertencessem a partido anti-nacional.

⁷ Tomei de Thompson (2007) a referência aos fatores extra-econômicos na formação da consciência de grupos sociais nos quais podem ser incluídas as associações de ajuda mútua cuja emergência, de acordo com Luca (1990), está no rápido processo de urbanização. As primeiras sociedades de ofícios manuais nasceram na década de 1830 - entre 1835 e 1899 somaram 46 no Rio de Janeiro (Batalha, 1999).

⁸ Outro demonstrativo da política repressiva está nos regulamentos policiais de 1854 exigindo títulos de residências aos oficiais mecânicos estrangeiros e atestados de guardas para os trabalhadores nacionais moradores em estalagens.

principalmente nas décadas de 1850 e 1870, ou ainda como antro de degeneração moral. E a vivenda e a saúde da população tornaram-se os dois elementos fundamentais da reflexão sobre a cidade que, revelando mudanças na mentalidade certamente influenciadas pela chegada de homens e ideias, originaram projetos políticos e urbanísticos observados a seguir. Mas antes examinemos as publicações de oposição que vieram a lume com a suspensão no final de agosto de 1821 da censura prévia a toda a matéria escrita.

Publicações no Rio de Janeiro

O primeiro periódico a explicitar o termo *socialismo* teria sido *O Globo*, de propriedade de Agostinho de Freitas Guimarães, em cuja edição inicial o definia como uma “ciência social” de ordenação do trabalho. Ao *socialismo* acompanhava o *plano*, binômio fundamental que iremos verificar em vários exemplos adiante. Neste jornal encontram-se os fundamentos da teoria de Fourier “ainda muito estranha no Brasil” (p.3) e a recomendação de um “plano de organização para as vilas que [os novos habitantes] devem povoar” (13/10/1844, p.2) antes da implementação da política de imigração.⁹ E ainda lê-se:

Nossas cidades insalubres, nossas aldeias, nossas vilas serão substituídas pelas salubres e suntuosas moradas discutidas pelo gênio de Fourier, este palácio fornecerá todo o necessário e ainda o ar, a água pura, a luz, o calor, conforme o gosto de cada um. (...) Todo o trabalho executado em comum nas salas de reunião, nas oficinas ou nos risonhos campos do falanstério se tornará um prazer e uma festa. (...) A idade do ouro vai renascer. A harmonia substituirá a discórdia. A nova Jerusalém descera sobre a terra, Deus habitará entre nós (p.3;4).

Na mesma época tem-se a presença do médico francês Benoit Jules Mure. Após a experiência falansteriana em Santa Catarina, deslocou-se em 1842 para o Rio de Janeiro onde abriu o primeiro dispensário homeopático em conjunto com Manuel Gaspar de Siqueira Rego, João Vicente Martins e Edmond Tiberghien. Declarados “discípulos veneradores de Fourier”, publicaram *O Socialista da Província do Rio de Janeiro* que saía a cada três dias a partir de 1º de agosto de 1845. No primeiro número o *socialismo* foi interpretado como “introdução de novidade no progresso universal (...) quer na parte moral, quer na material (...) seu fim é ensinar aos homens a se amarem uns aos outros” (apud Rodrigues, 1996, p.3) conservando o

⁹ No entanto também dizia ter sido a Revolução Francesa “um acontecimento desgraçado que retardou os progressos reais”. Lembre-se que no começo da década de 1840 desembarcaram em Recife engenheiros franceses contratados pelo governo da Província. Um deles, Louis Léger Vauthier, era um politécnico fourierista que fez amizade com Antonio Pedro de Figueredo, fundador da revista *O Progresso* com grande repercussão nos meios liberais radicais do país ao divulgar a necessidade de expropriação de terras; do imposto territorial sobre áreas não exploradas, heranças e rendas superiores a 200 mil réis anuais; da “celeridade no transporte”; de incentivo a pequenos e médios proprietários rurais; da libertação dos escravos; da criação de um Banco Popular, da reorganização espacial com novas circunscrições territoriais e de Conselhos Provinciais para verificar as contas

que houvesse de bom e melhorando o insuficiente. A gazeta manifestava-se a favor do fim da escravidão, da demarcação das terras indígenas, da conservação - mas com reformas - da monarquia constitucional para a estabilidade política, e da homeopatia em favor dos despossuídos.¹⁰ O também francês Jean-Baptiste Eugène Tandonnet, outro discípulo de Fourier, chegou ao Rio de Janeiro em 1845 vindo de Montevideu e, com um grupo de falansterianos franceses, fundou a *Revue Socialiste* e tornou-se colaborador d'*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*.

A *Nova Minerva*, editada entre dezembro de 1845 e julho de 1846, apoiava os benefícios da homeopatia e, por considerar dever do governo socorrer "o homem laborioso", propôs o estabelecimento em cada bairro de uma junta de caridade e de beneficência que

concederia, segundo as circunstâncias, às pessoas inferiores e aos operários que se achassem em miséria por moléstia ou causas independentes deles, socorros resultantes ou de subscrições voluntárias ou de um livre imposto realizado, por exemplo, por um tanto sobre o valor dos aluguéis, fundos que ficariam à disposição das juntas de beneficência" (julho 1846, p.106).

O *Hahnemannista* defendia a homeopatia e os preceitos higienistas - os banhos, o ar puro ("longe dos centros das cidades, das cloacas e dos pântanos"), as casas construídas acima do nível do solo, expostas ao vento leste e com aberturas para entrada da luz "em rua vasta ou um quarteirão pouco populoso" (17/9/1846, p.1;2). A higiene também era assunto da bissemanal *A Marmota na Corte*, em torno da qual reuniam-se representantes do romantismo pedindo urgentes providências contra o "despejo noturno (...) na verdade um tal uso desacredita a nobreza desta côrte que aliás se acha em tantos apuros, quer dizer, civilizada e desenvolvida até certo ponto" (2/10/1849, p.1).

Também com ironia, o abolicionista *Correio Mercantil*, que circulou entre 1848 e 1868 com crônicas de Machado de Assis e de José de Alencar, anunciava seu prognóstico para o ano que se iniciava:

Os moradores de São Cristovão, Benfica e Praia Pequena terão água a fartar, em cumprimento das promessas do diretor das obras públicas. Os capoeiras deixarão de infestar as praças e ruas da cidade, porque os cativos serão castigados com açoites segundo as ordens da polícia, e os libertos serão recrutados para o exército ou marinha, onde poderão gingar à sua vontade (2/1/1848, p.1).

A revista *O Guanabara*, dirigida por três literatos consagrados, Manuel de Araújo

dos órgãos públicos.

¹⁰ O Instituto Homeopático do Brasil foi criado em 1843. Deste Instituto teriam sido encaminhados os estatutos de uma companhia de seguros dos escravos. No mesmo ano foi fundada por franceses a Associação Paternal para instrução primária e religiosa de crianças pobres.

Porto Alegre,¹¹ Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias, expunha sua posição em 1849: “devemos concentrar todas as nossas forças para o desenvolvimento moral e intelectual, única base de um seguro e permanente progresso” (apud Mattos, 2007, p. 22).

O *Artista Brasileiro* afirmando ser de oposição reclamava da “invasão dos estrangeiros” e lutava pela melhoria da condição do “artista brasileiro” (16/4/1849, p.1). O hebdomadário *Courrier du Brésil*, que saiu aos domingos cariocas entre 1854 e 1862 e cujo editor foi Antoine Hubert, recebia contribuições de exilados e de entusiastas do movimento francês de 1848. E aquele que talvez possa ser considerado o primeiro jornal operário, o *Eco da Imprensa*, foi editado a partir de 1856 pela Associação Tipográfica Fluminense. No seu movimento grevista durante um trimestre de 1858 publicou o *Jornal dos Tipógrafos* onde divulgavam-se ideais socialistas: “Já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo de se guerrear por todos os meios legais toda a exploração do homem pelo mesmo homem” (apud Rodrigues, op.cit., p.4).

O papel de denúncia desempenhado pela imprensa pode ser acompanhado no semanário *O Compilador* sobre o estado sanitário do Rio de Janeiro que “não é infelizmente qual seria de desejar” (17/5/1852, p.2) dada a insuficiência de meios para combater a febre amarela. E declarava:

Como democratas e revolucionários a soberania nacional é o nosso dogma, a liberdade o nosso princípio (24/5/1852, p.1). A nós que aqui estamos não nos espanta tanto o mapa [oficial da mortalidade], o que nos espanta é o abandono imperdoável em que se acha a cidade, a mais sã até há poucos anos passados (7/6/1852, p.1). A constituição diz que a lei é igual para todos (...) e o povo vê, sente que o mais escandaloso patronato rouba mil vezes o direito, a quem o tem; e que a proteção da lei é somente privilégio do rico, assim como castigo cai unicamente sobre a cabeça do pobre (28/11/1852, p.3). Para que um povo possa se julgar feliz, convém ter à testa dos seus negócios homens cujas intenções e pensamentos somente tendam a prosperidade do país, ao bem estar dos seus habitantes (6/3/1853, p.2).

O *Diário do Rio de Janeiro*, que veiculava as discussões e decisões da Câmara dos Vereadores, defendia a imigração, a melhoria nos bondes, a fundação de casas públicas abertas à indigência e reclamava da limpeza da cidade e da febre amarela sempre presente (16/1, p.2; 25/1, p.2; 26/1, p.1 e 18/12/1852) opinando que

a tarefa mais difícil e mais santa de um governo que compreende seus deveres, não é manter o sossego das ruas e a tranquilidade material. A ordem moral tem também necessidade de ser definida com vigilância e com firmeza. Fazer de modo que todos, pela ordem e trabalho, possam atingir a independência e a segurança...(15/1/1853, p.2).

¹¹ Porto Alegre foi aluno de Debret no Rio de Janeiro com quem seguiu para Paris em 1831 onde, além de dedicar-se aos cursos de arte, arquitetura e arqueologia, entrou em contato com o movimento romântico. Retornou em 1837 exercendo diversas funções, entre as quais a de editor de revistas, pintor, arquiteto, historiador

O desenvolvimento da navegação fluvial para facilitar a colonização era assunto d'O Reformista:

uma cidade como a do Rio de Janeiro [...] teria vantagem de ter o seu mercado abundantemente abastecido de todos os gêneros de primeira necessidade e motivando essa abundância o barateamento dos gêneros, lucraria a população inteira, dando as colônias em troca desta vantagem o cômodo fornecimento dos gêneros de que carece (8/8/1853, p.3).

No semanário *A Abelha* encontra-se um comentário elogioso ao livro *Curso de Economia Política* de autoria do sansimonista Michel Chevalier (30/4, p.7). E apoiando os preceitos higienistas reconhecia como

de absoluta necessidade que as autoridades sanitárias e administrativas examinem os estabelecimentos e processos industriais, (...) [se] neles são guardadas as regras e preceitos da higiene pública e polícia sanitária (...) e que uma lei regule a duração do trabalho nas oficinas (16/2/1856, p.4).

Sustentado pela "Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas" composta por cafeicultores e fazendeiros, o semanário *O Philantropo* clamava pelo estabelecimento de "colônias agrícolas e industriais"; fábricas; instituições agrícolas, morais e industriais e pela abertura de estradas e canais por companhias de trabalhadores militares. O periódico também sugeria reexportar os africanos e seus descendentes para uma colônia brasileira na África (18/7/1851, p.2).

Combater a escravidão e indicar os meios de sua extinção será o nosso principal trabalho (...) Bem desnecessário é dizermos que outra política que não tenha esse fim, que outra bandeira que não seja esta, será por nós seguida (6/4/1849, p.1). Olhando as cidades vê-as acumuladas de entes inúteis, desgraçados e que são um foco de males que determinam nosso atraso de civilização. Examinando as leis - vê a desigualdade espantosa de direitos e de condições: de uma parte a liberdade em seu maior grão; e de outro a odiosa escravidão (11/6/1852 p.4).

Notas igualmente conservadoras encontram-se no *Correio do Brazil* que bradava pela extinção dos quilombos (4/8/1852) e do espírito revolucionário (20/9/1852, p.3) e atribuindo os roubos na cidade aos imigrantes "que não gostam de trabalhar e que vivem em cortiços".

Surpreende-nos que uma cidade tão populosa como a nossa, em um porto de tão ativo movimento e quando cotidianamente afluem massas de imigrantes sem recursos, com fome de lucro e aversão ao trabalho, que se vão aninhar nesses multiplicados cortiços que aí de dia se estão construindo, os roubos não sejam mais numerosos (p.3).

Este órgão de imprensa também revelava o problema das enchentes na cidade e a

“imoralidade que se prende às empresas de grandes melhoramentos quando dependem de favores públicos” (20/8/1852, p.2). Exaltava a construção de estradas e a navegação interna para a prosperidade e o papel da indústria para o “término da pobreza e indolência” afirmando que “amaldiçoar porém as máquinas é o mesmo que amaldiçoar o espírito humano!” (16/3/1853, p.1). Durante o mês de outubro de 1853 foram publicados ataques às concepções socialistas de Antonio Pedro de Figueredo, opinião também assumida pela *A Lei*: “Onda popular cresce, vai subindo e ameaça submergir as sociedades!... Se não opusermos um dique, ai do trono! Ai do nosso edifício social” (3/6/1853, p. 2).

Mas retornemos à oposição. Importante pensador brasileiro, o general José Inácio de Abreu e Lima, declarando-se sansimonista, comunista, fourierista, monarquista (por acreditar que a monarquia seria o único meio de garantir a unidade do Brasil), abolicionista, anti-racista e defensor da propriedade privada limitada pelos interesses sociais, escreveu o livro *O Socialismo* (1855) e assim o definindo:

O socialismo não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um sistema, nem um princípio, nem uma idéia: é mais do que tudo isto, porque é um desígnio da Providência. Em que consiste o socialismo? Na tendência do gênero humano para tornar-se ou formar uma só e imensa família (Abreu e Lima, 2001, p.31).

Reconhecia que somente um governo forte (leia-se centralizado) preservaria a ordem e garantiria a independência do Império e a liberdade dos súditos e dos cidadãos brasileiros. “A palavra socialista encerra em si uma missão divina, e a ninguém é lícito aviltá-la, prostituindo-a entre a escória da espécie humana” (Abreu e Lima, op.cit.,p.58).

Diversas publicações circularam no período. Fiquemos por ora apenas com o *Opinião Liberal* que, entre os anos de 1866 e 1868, insistia no direito à reunião como direito sagrado e propugnava como dever do governo a emancipação do povo pela instrução primária e gratuita como condição para o progresso e a prosperidade do país. E com o revolucionário *O Socialista* que em sua primeira edição (20/7/1878) ao considerar a “monarquia morta pela ideia republicana” tinha como princípio “alertar as classes responsáveis pelo nosso miserando estado social e elevar o nível moral do povo” (p.1). E proclamava: “A doutrina socialista não exclui a relatividade da propriedade, nega absoluto direito a ela” (3/8/1878, p.1).

Projetos para o Rio de Janeiro

Relevantes e pontuais intervenções na cidade ocorreram após a chegada da Colônia Lebreton (a Missão Francesa) em 1816, com especial atenção para a área de

expansão, a Cidade Nova, onde se fixou o centro de poder do império português. Os anos que se seguiram marcaram o que chamei de “urbanismo imperial” (Fridman, 2009), coletânea de soluções que procuraram demonstrar a nova condição de corte e de capital de um país. A contar da terceira década do século XIX, o Rio de Janeiro dispunha de posturas relativas à salubridade, à demarcação de um canal e de caminhos, à obrigatoriedade do alinhamento das ruas e ao desenho de quadrados perfeitos para praças e largos (Mendonça, 1936).

Pode-se afirmar que o Relatório do engenheiro e marechal de campo Beaurepaire Rohan como diretor de Obras Públicas, de 1843, marca importante mudança. Ao alegar que muitos dos problemas decorriam da inexistência de um arranjo global, sugeriu um *Plano Colossal* com aplicação de regras geométricas ao desenho da cidade e de normas de edificação e de parcelamento, assim como a arborização dos espaços livres para aeração e prazer. Considerando a poluição da Baía de Guanabara “uma indecência”, propôs a derrubada do morro do Castelo, a drenagem dos charcos, a pavimentação de ruas, o deslocamento de matadouros, cemitérios e hospitais e a implantação do abastecimento de água, de coleta de lixo e de esgotamento sanitário. Para facilitar a circulação, recomendou a demolição de mais de 5.000 prédios (que corresponderiam a 40% dos existentes) a partir daqueles de menor valor, e a ampliação do número de quadras com a abertura ou prolongamento de mais de 50 ruas e praças na direção oeste da cidade. A largura das ruas teria 17,6 metros, os quarteirões mediriam 66 metros e a testada dos lotes padrão 13,2 metros. Para o financiamento deste plano urbano se deveria organizar uma sociedade por ações com participação dos proprietários das casas e de empresas privadas além dos recursos advindos de novos impostos sobre as carruagens, os botes e o gado. Rohan ao considerar o poder público “acima dos interesses particulares e visando o bem da sociedade” (Rabha, 2008, p.17) recomendava-lhe conhecer as demandas e as condições sociais. E, sendo um entusiasta do progresso e do espraiamento, a construção de estradas de ferro para “harmonizar” o território. É inegável a semelhança deste plano com as proposições pós-fourieristas de Perreymond.

No dia 25 de julho de 1853 o *Diário do Rio de Janeiro* publicou propostas de posturas apresentadas pelos vereadores Gonçalves Fontes e Manuel de Araujo Porto Alegre nas quais nenhuma casa poderia ser edificada ou reformada sem estar de acordo com o “prospecto estabelecido pela Câmara Municipal” sob pena de multa. E enquanto

não existirem os planos que para esse fim deverão estar patentes no paço da Ilma. Câmara Municipal, nenhuma licença de construção ou reconstrução será concedida sem que seja o prospecto submetido à Câmara e por ela aprovado (...) (grifo nosso, p.1).

Na mesma sessão Porto Alegre lamentando que a cidade ainda não tivesse “um plano que determine o seu futuro!”, dizia ser necessário começar “a planta da cidade futura e sobre ela criar essa nova cidade que deverá em poucos anos tomar o caráter da capital de um império”. E ainda sugeriu que não se concedessem parcelas de terras¹² dentro ou fora da cidade ou se abrissem novas ruas.

Outro personagem que deve ser citado é o barão de Mauá comissionado em 1857 para a obra de abertura de um canal no Mangue da Cidade Nova na perspectiva dos *melhoramentos*, soma de higiene com embelezamento. Este empreendimento, que contou com 400 trabalhadores, localizava-se na região onde também estava sendo erguida sua companhia de gás para iluminação pública, experimentava sérios problemas de saneamento (focos de mosquitos, mau cheiro). Além de disponibilizar aos empregados dormitórios coletivos, biblioteca, cozinha, botica, tanques para lavar roupa e jardins, declarava-se abolicionista e introduziu os caminhos de ferro e a indústria no país, razões para tornar-se representante do “sansimonismo industrial brasileiro” (Abramson, op.cit.)

A marca do que então se instaura como pensamento *urbanístico* no Rio de Janeiro agrega-se ao *plano geral* cuja base era a Higiene pública, institucionalizando um novo tipo de medicina, social, preventiva, organizada como poder político e que tornou-se uma ideologia do Estado (Chalhoub, 2003). E não por coincidência aportou como funcionário do império, em 1858, o botânico francês Auguste François Marie Glaziou para projetos paisagísticos de espaços livres através do modelo da intervenção haussmanniana em Paris. Com razão *A Carta Fluminense* datada de 22 de agosto de 1858 anota que

*o Rio de Janeiro tem a pretensão de ser a Paris da América Meridional; até que ponto essa pretensão é justa, não sei, mas estou certo de que se funda naquele provérbio: Presunção e água benta...(p. 2).*¹³

Da década de 1860 datam a instalação de redes de esgotos e de águas pluviais na área central e o Relatório da Junta Central de Higiene Pública, apresentado em 1866 pelo médico José Pereira Rego. Trazia cláusulas relativas às fachadas e praças e à uniformização da altura dos edifícios variando no espaço urbano, consideradas por Villaça (1999) esboços de uma legislação de zoneamento. Neste sentido, desígnios para remodelação de bairros, alargamento de ruas, arborização, redes de água e de esgotos e para limpeza pública foram aventados no intuito de transformar o Rio de Janeiro em modelo com a definição de “diretrizes a serem seguidas pelos poderes locais e central” (Rabha, op.cit., pg. 38). E com o

¹² Atente-se para a regulamentação da Lei de Terras (de 1850) pelo decreto imperial 1318 de janeiro de 1854.

¹³ Muito provavelmente de autoria de Machado de Assis.

ideário socialista romântico já desaparecido dos projetos de intervenção, consolidou a dimensão técnica e normativa com aparente caráter universal e despolitizado, base dos *planos* que se seguirão.

Nos anos setenta do Oitocentos o Ministério do Império teria reafirmado como questões urgentes a melhoria das condições higiênicas e de circulação, recrudescendo, neste período, o debate relativo à “habitação proletária”, tema que deu origem a propostas de legislação e de constituição de empresas de construção de moradias populares. Foram também elaborados dois Relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade (1875 e 1876) chamados de “Plano dos Engenheiros”, e os Relatórios da Junta de Higiene dos quais destacarei o de 1878, o “Plano dos Médicos”.

Composta por Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos, membros do Corpo de Engenheiros da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos definiu seus focos na zona periférica ao centro e nas normas relativas principalmente à ventilação nas construções de casas particulares. Tal posição certamente relacionava-se aos problemas de saúde pública e à concentração de cortiços de localização estratégica para a expansão urbana - a Cidade Nova,¹⁴ região definida como prioritária para as obras de saneamento, de alargamento e de abertura de ruas e praças, de dessecamento dos pântanos e de escoamento das águas pluviais a serem executadas pelo setor privado em regime de concessão. O objetivo do segundo Relatório localizava-se na área central para a qual cogitavam-se o arrasamento dos morros do Castelo, Santo Antônio e Senado, o alargamento e a retificação das principais ruas com a derrubada de prédios de pequeno valor e a abertura de dois grandes eixos em direção ao vale das serras do Andaraí e do Engenho Novo que viabilizariam a circulação. Neste sentido, foram duas as regiões da cidade privilegiadas, reintroduzindo-se a atuação pontual.

No “Plano da Junta de Higiene” elaborado pelos médicos José Pereira Rego, João Batista dos Santos, Luiz Bandeira de Gouvêa, Pedro Afonso de Carvalho e os conselheiros Manoel Pacheco da Silva e Manoel Pereira da Silva Continentino constavam 40 medidas para acabar com os surtos de febre amarela e mais 30 para tornar a cidade mais salubre. Sobressai aquela que a atuação pública deveria incluir entre suas prerrogativas a promulgação de normas para melhoria das “habitações das classes pobres” e a proibição de edificação de novos cortiços (Silva, 2012).

¹⁴ Em 1870 do total de 192.002 habitantes nas freguesias urbanas, 21.929 viviam em condições precárias, sobretudo naquela área.

Palavras finais

Desta narrativa resultam dois indícios. Encontrava-se no projeto liberal brasileiro o ideário socialista romântico que, nas primeiras décadas do século XIX, pregava a conservação do que havia de bom na monarquia constitucional aliada à melhoria do insuficiente em uma justaposição aos princípios éticos cristãos: socialismo e cristianismo inspiravam mudanças no sentido de uma nova sociedade e organização econômica que pudessem resolver problemas sociais. A vinda de imigrantes franceses - profissionais liberais, militantes e trabalhadores braçais - assim como os clamores de nossos filantropos, idealistas, associações civis, imprensa e igreja aceleraram a circulação de conceitos e de modelos adaptados aos regimes políticos em vigor que, de acordo com Abramson (op.cit.), ocasionaram um socialismo generoso e por vezes “escassamente subversivo” se comparado ao socialismo revolucionário da segunda metade do século.

Quanto ao segundo indício, se para o século XIX não podemos utilizar expressões como *urbanismo* ou *planejamento* sob risco de anacronismo, suas raízes já encontravam-se fincadas: dada a urbanização com a libertação gradativa dos escravos e da imigração estrangeira, e em decorrência da veiculação do ideário fourierista e pós-fourierista, instauram-se as proposições de totalidade e de *plano de conjunto* para a cidade. Um dos corolários da “atlântica” revolução de 1848 - o ciclo revolucionário em ambos os lados do oceano mesmo que natureza distinta - teria sido a passagem da utopia de uma “nova religião” para uma “nova humanidade”, *utopia* que, ousado dizer, trouxe consigo a noção de planejamento como “futuro que queremos”, e não apenas sonhamos, para o território urbano e nacional.

Se o plano Beaurepaire Rohan demonstrava preocupações com as condições sociais, os planos posteriores a ele vão assumir um caráter técnico e legal seguindo inicialmente as propostas haussmannianas mas logo retornando às soluções de melhoramentos pontuais e à política urbanizadora como remédios aplicados *a posteriori* preparando a modernidade industrial e procurando a impossível estabilidade política do último quartel do século.

Referências bibliográficas

- Abramson, P. L. 1999. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*, Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Abreu e Lima, J. I. 2001. *O socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Batalha, C. 1999. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, 10/11, 41-67.
- Benevolo, L. 1987. *As origens da urbanística moderna*, Lisboa, Editorial Presença.
- Chalhoub, S. 2003. *Machado de Assis: o historiador*, São Paulo, Cia. das Letras.
- Fridman, F. 2009. Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro. *Revista Acervo*, 1, 139-152.
- Hobsbawm, E. 1994. *A era das revoluções 1789-1848*, São Paulo, Paz e Terra.
- Lepetit, B. 2001. Das capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In Salgueiro, H. A. (org.). *Cidades capitais do século XIX*, São Paulo, Edusp.
- Lowy, M. 2008. *Romantismo e messianismo*, São Paulo, Perspectiva.
- Luca, T. R. 1990. *O sonho do futuro assegurado. Mutualismo em São Paulo*, São Paulo, Contexto.
- Mendonça, V. 1936. Três datas históricas do urbanismo carioca. *Revista da Directoria de Engenharia*, 5, 319-325.
- Mattos, S. R. 2007. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil*, Tese de doutoramento, PPGHistória/Usp.
- Moret, F. 2001. Penser la ville em fouriériste. Les projets pour Paris de Perreymond. In Bowie, K. (org.). *La modernité avant Haussmann. Formes de l'espace urbain à Paris 1801-1853*, Paris, Editions Recherches.
- Papayanis, N. 2001. L'émergence de l'urbanisme moderne à Paris. In Bowie, K. (org.). *La modernité avant Haussmann. Formes de l'espace urbain à Paris 1801-1853*, Paris, Editions Recherches.
- Rabha, N. C. E. (coord.). 2008. *Planos urbanos. Rio de Janeiro, o século XIX*, Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos.
- Ragon, M. 1971. *Histoire mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes*, Paris, Casterman.
- Rodrigues, E. 1996. Pequena história da imprensa social no Brasil. Disponível em: www.portalgens.com.br/comcom/textos.htm [acesso em 11/1/2012].
- Roncayolo, M. 1981. Logiques urbaines. In Duby, G. (dir.). *Histoire de la France urbaine*, Paris, Le Seuil.
- Silva, L. P. 2012. *Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro. 1778/1878: Estado, administração e práticas de poder*, Rio de Janeiro, Epapers (no prelo).
- Sobrinho, B. L. Prefácio. In Abreu e Lima, J. I. *O socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Thompson, E. P. 2004. *A formação da classe operária inglesa*, São Paulo, Paz e Terra.
- Villaça, F. 1999. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In Déak, C.; Schiffer, S. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*, São Paulo, Fupam/Edusp.